



Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48

Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro

João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

1º) **DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS**, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) **DECLARAR** a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2674/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo",

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



JOÃO
DOURADO

MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

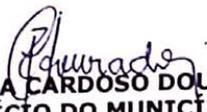
DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO	3099	912.928.085-00	31/01/1995	AUXILIAR OPERACIONAL	USB IDALINA DA SILVA DOURADO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48
Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro
João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

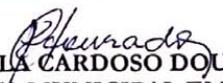
1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2675/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando elvidos de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam diretos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo",

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

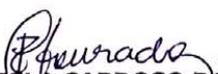
DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
DORIVAL PEREIRA DE SOUZA	775	108.054.355-49	01/05/2002	AUXILIAR OPERACIONAL	CENTRO EDUC. INF. ANA GUANAIS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48

Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro

João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dé-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2676/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, caput, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo";

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS	149	522.403.555-49	30/01/1995	PROFESSORA NÍVEL II	ESCOLA MUNICIPAL PAULO W. NEY DOS SANTOS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48
Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro
João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

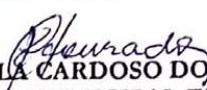
1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



JOÃO
DOURADO

DECRETO Nº 2677/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo";

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



JOÃO
DOURADO

MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
ELIANA LEITE DE BRITO	78	520.975.445-68	30/01/1995	PROFESSORA NÍVEL II	ESCOLA MUNICIPAL CÍCERO IRINEU DE BRITO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48
Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro
João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2678/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo";

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO	2572	318.627.645-49	31/01/1995	PROFESSORA NÍVEL II	ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA DA SILVA DOURADO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48

Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro

João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

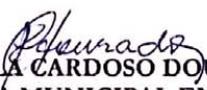
1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2679/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, caput, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo",

CONSIDERANDO as liminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
ANTÔNIO DIAS DA SILVA	398	084.649.875-87	31/01/1995	MOTORISTA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO
ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.891.510/0001-48
Rua Dr. Mário Dourado, nº. 16, 1º andar, Centro
João Dourado-BA - CEP: 44920-000

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO Nº. 000011/2021

SERVIDORES INTERESSADOS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS

OBJETO: VACÂNCIA DECORRENTE DE APOSENTADORIA

DECISÃO

Vistos.

Em face das informações constantes dos autos, constatado a concessão dos benefícios previdenciários de aposentadoria por tempo de serviço aos servidores interessados, e tendo em vista a orientação da Procuradoria Geral, sustentada, inclusive, em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, é cogente a aplicação do art. 39, inciso III, da Lei 395/2009, que determina a vacância do cargo em decorrência da aposentadoria.

Assim sendo, adotando como razão de decidir os fundamentos de Direito expostos no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, decido:

1º) DECLARAR EXTINTO OS VÍNCULOS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: ADAIR NUNES CARDOSO DOURADO; DORIVAL PEREIRA DE SOUZA; EDINA MARIA NASCIMENTO MORAIS; ELIANA LEITE DE BRITO; IRACI MATOS EVANGELISTA FRANCO; ANTÔNIO DIAS DA SILVA; E MARIA TELAM OLIVEIRA DOS REIS SANTOS, os quais deverão ser concretizados através de decreto individualizado para cada um deles, com efeitos a partir da publicação no Diário Oficial do Município; e

2º) DECLARAR a vacância dos cargos públicos ocupados pelos referidos servidores, em razão de suas aposentadorias, conforme prevê o artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, com efeitos a partir da publicação dos respectivos decretos no Diário Oficial do Município.

Dê-se ciência aos servidores interessados, enviando cópia desta Decisão e o do Decreto de extinção do vínculo funcional.

Logo após, ao arquivo.

João Dourado - Bahia, em 31 de março de 2020.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



DECRETO Nº 2680/2021 - DE 31 DE MARÇO DE 2021

"Dispõe acerca da exoneração de servidora municipal aposentada, e determina a vacância do cargo público ocupado pela mesma, na forma do artigo 39, III, da Lei 395/2009".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o princípio constitucional da legalidade (art. 37, *caput*, CF/88), de obediência obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO o quanto disposto no artigo 39, inciso III, da Lei Municipal nº. 395/2009, determinando a aposentadoria como causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo INSS, por meio do Ofício nº 156/2020 – Agência da Previdência Social de Irecê-BA, indicando a lista de servidores públicos municipais aposentados;

CONSIDERANDO o teor do art. 79 da Orientação Normativa SPS nº. 02/2009, do Ministério da Previdência Social (MPS), prevendo que "A concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, determinará a vacância do cargo";

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública, amplamente consagrado nos tribunais, a teor das SÚMULAS 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (STF), e previsto no artigo 165 da Lei Municipal n. 395/2009, por meio do qual a Administração deverá rever seus atos quando elvidos de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos;

CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Geral do Município que opina no sentido de que "a aposentadoria voluntária do servidor público estatutário municipal constitui-se em hipótese de incidência automática da norma de vacância do cargo (art. 39, III, Lei 395/09), extinguindo, por conseguinte, o vínculo jurídico até então existente entre o Município e o titular de cargo público de provimento efetivo";

CONSIDERANDO as Ilminares concedidas nas Medidas Cautelares de Suspensão de Segurança, exaradas pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos dos processos STP 747 MC/BA, SS 5466 MC/BA, SS 5480

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO CNPJ: 13.981.510/0001-48
CEP: 44920-000. RUA DR. MÁRIO DOURADO, Nº16, 1º ANDAR - CENTRO



JOÃO
DOURADO

MC/BA e SS 5481 MC/BA, que determinaram a suspensão das decisões proferidas nos autos dos Mandados de Segurança e, com isso, restabelecer as exonerações dos servidores aposentados,

CONSIDERANDO que houve a notificação do servidor para apresentação de defesa por meio pessoal ou através de representante legal, referente ao Processo Administrativo nº 000011/21, e que transcorreu *in albis* o prazo para manifestação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal abaixo listada, em razão da aposentadoria, na forma do artigo 39, inciso III, da Lei Municipal 395/2009, ficando vago o cargo público ocupado pela sua respectiva titular:

NOME	MAT.	CPF	ADMISSÃO	CARGO	LOTAÇÃO
MARIA TELMA OLIVEIRA DOS REIS SANTOS	3627	858.718.695-72	31/01/1995	PROFESSORA NÍVEL II	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO AMARO

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA, em 31 de Março de 2021.


ROSÂNGELA CARDOSO DOURADO LOULA
PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO